

humanitas



Vol. XXXIII – XXXIV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS, XXXIII-XXXIV



MCMLXXXI-MCMLXXXII

COIMBRA

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA UNIVERSITÁRIA EM COIMBRA NOS MEADOS DO SÉCULO XVI (1548-1554) (*)

Na história da Universidade, depois da sua última transferência para Coimbra, o ano de 1548 é dos mais significativos.

Foi um ano de orações académicas. Assim, em 21 de Fevereiro, na véspera do começo das aulas (*pridie quam Ludus aperiretur. IX. Cal. Martii. M. D. XLVIII*), pronunciava Arnaldo Fabrício a sua celebrada oração inaugural *De Liberalium Artium Studiis Oratio in Gymnasio Regio*, isto é, no Colégio das Artes Conimbricense, fundado nesse mesmo ano por D. João III.

Em 17 de Julho também de 1548, quando o Infante D. Luís visitou Coimbra, saudou-o em nome da Universidade, o mestre de Retórica João Fernandes num discurso intitulado «*De Celebritate Academiae Conimbricensis*» — «Sobre a Fama da Universidade de Coimbra» (1). O orador desenrolou perante os olhos e ouvidos do irmão do Rei, as glórias do corpo docente universitário, referindo, com maior ou menor extensão, o currículo e os méritos de mestres como os teólogos Afonso do Prado, Marcos Romeiro, Frei Martinho de Ledesma e Paio Rodrigues Vilarinho, os canonistas Martinho de Azpilcueta, o doutor Navarro,

.....
(*) Conferência feita na Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, em Coimbra, em 29 de Abril de 1981.

Algumas das fontes, nomeadamente, o testemunho de Martín de Azpilcueta Navarro, o das Actas dos Conselhos da Universidade de Coimbra e o de Inácio de Moraes no *Conimbricæ Encomium* já foram utilizados pelo Dr. Teixeira de Carvalho em «A Anatomia em Coimbra no século XVI — Alonso Rodriguez de Guevara», *Revista da Universidade de Coimbra*, vols. II (1913), III (1914), IV (1915), V (1916), trabalho aproveitado pelo Prof. Joaquim de Carvalho na sua edição das *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra escriptas pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira*, Segunda Parte, Volume I, Coimbra, 1938, p. 609 e seguintes.

(1) Traduzido, com prefácio, introdução e notas por Jorge Alves Osório. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1967.

João de Morgovejo e Fábio Arcas de Nárnia, os juristas Manuel da Costa e Ascânio Escoto, os médicos Rodrigo de Reinoso, Francisco Franco e António Luís, o matemático Pedro Nunes, os mestres de Artes, Gaspar Bordalo, Vicente Fabrício e Eusébio.

Finalmente, ainda em 1548, a 1 de Outubro, que era então o dia de abertura solene das aulas, dia de São Remígio («la Saint-Remy» dos franceses), falou *De Disciplinarum Omnium Studiis Oratio ad Uniuersam Academiam* num elogio de todas as matérias ensinadas na Universidade e no Colégio das Artes, o professor desta última escola, Belchior Beleago (2). Deve notar-se que no princípio do século, quando a Universidade estava em Lisboa, a abertura solene do ano lectivo se fazia a 18 de Outubro, dia de São Lucas.

Estas orações contêm dados importantes sobre pessoas e coisas do meio universitário conimbricense, em meados do século XVI. Não são, porém, como actividade académica, a inovação que durante muito tempo se julgou terem sido. A prática vinha já da Universidade de Lisboa. Recordarei em anos próximos de 1537, data em que D. João III transferiu a Universidade para Coimbra, a *Oratio* de André de Resende, em 1534 (3), e a de Jerónimo Cardoso, em 1536 (4). Todavia, não difere muito destas, a *Oratio habita a petro menesio comite alcotini coram Emmanuele. S. rege in scholis vlixbonae* (5) ou *Discurso pronunciado por Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, na presença do Sacratíssimo Rei Manuel nas Escolas em Lisboa*, a 18 de Outubro de 1504. O conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, não era professor universitário, mas um jovem aristocrata, discípulo do humanista italiano Cataldo Parisio Sículo. Aliás, estes discursos inaugurais eram frequentemente ditos por pessoas que não ensinavam na Universidade,

(2) *Oração sobre todas as disciplinas*, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1959.

(3) *Oração de Sapiência (Oratio pro Rostris)*. Tradução de Miguel Pinto de Meneses. Introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956.

(4) *Oração de Sapiência proferida em louvor de todas as disciplinas*. Tradução de Miguel Pinto de Meneses. Introdução do Doutor Justino Mendes de Almeida. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.

(5) Publicado com o título de *D. Pedro de Meneses — Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*. Tradução de Miguel Pinto de Meneses. Introdução de A. Moreira de Sá. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1964.

e no caso de D. Pedro de Meneses (6), que tinha apenas dezassete anos de idade, a incumbência deve corresponder a um uso frequente nas cidades universitárias italianas, possivelmente trazido por Cataldo, de confiar orações deste género a moços de famílias cultas. O Conde de Alcoutim era o filho primogénito de D. Fernando de Meneses, segundo Marquês de Vila Real, chamado por Salvador Fernandes «pai da língua latina», numa oração de entrada em Vila Real, dita nos começos de 1509 (7).

Mas voltemos a Coimbra, no ano de 1548. Vimos atrás, alguns dos mestres que João Fernandes ou, melhor, Juan Fernández, natural de Sevilha, elogiou, de par com as ciências de que eram o expoente em Coimbra.

Arnaldo Fabrício exalta sobretudo as disciplinas e, em geral, a alta qualidade dos mestres que vêm, segundo ele julgava, expulsar a barbárie da Lusitânia. Esta pretensão tiveram-na, aliás, todos os estrangeiros que ensinaram em Portugal, a começar com Cataldo Sículo, mas este já no final do século XV, isto é, cinquenta anos antes do orador de 21 de Fevereiro de 1548.

Arnaldo Fabrício guarda os seus elogios, naturalmente, para o rei D. João III fundador da nova instituição. A frequência com que todos os oradores de Coimbra incensam o soberano criou a impressão nos modernos leitores das traduções desses discursos, de que as Humanidades foram introduzidas em Portugal só no tempo de D. João III. Esta impressão é falsa. A própria floração intensa das Humanidades coimbrãs, quase imediatamente a seguir à fundação do Colégio das Artes, e a sua vitalidade, apesar dos graves acontecimentos de dois anos mais tarde, em 1550, quando alguns dos mestres mais prestigiosos foram presos pela Inquisição, tudo isto prova que a tradição clássica tinha raízes mais antigas em Portugal.

Mas voltando a Fabrício, apenas um dos seus colegas lhe mereceu relevo especial, a saber, quem o tinha trazido do Colégio de Guyenne

(6) Cf. A. Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969. Idem, *Estudos sobre o Século XVI*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

(7) «(...) omnium ingenuarum artium praeceptores et uariarum scientiarum doctores acciuiisti quos adeo re et honore affecisti, ut te ueluti latinae linguae & liberalium disciplinarum parentem & celebrare et illustrare debeant». Sobre esta oratio ver A. Costa Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI*. Paris, Fundação Gulbenkian, 1980, pp. 21-27.

de Bordéus, o principal André de Gouveia. Do Mestre português dirá, anos mais tarde, como é geralmente sabido, o mais famoso dos antigos alunos do colégio bordelês, Michel de Montaigne, que André de Gouveia fora no seu tempo, «sans comparaison le plus grand principal de France» (8).

Outros professores do Colégio das Artes, do grupo trazido por André de Gouveia, que recorde aqui para assinalar a sua presença em Coimbra, entre 1548 e 1550, são, além do francês Arnold Fabrice, os seus compatriotas Guilherme de Guérente, Nicolau Grouchy e Elias Vinet; os escoceses George e Patrick Buchanan; os portugueses João da Costa, António Mendes de Carvalho e Diogo de Teive (9).

Assinalemos a quantidade de estrangeiros que se encontravam em Coimbra entre 1548 e 1550, pois muitos dos mestres mencionados atrás na oração de Juan Fernández, ele mesmo um espanhol, são igualmente de além fronteiras. Ao acaso, darei o nome de alguns: Afonso do Prado e Martinho de Ledesma eram castelhanos; Martín de Azpilcueta era basco; Fábio Arcas e Ascânio Escoto eram italianos. Isto, pelo que diz respeito a teólogos, canonistas e juristas; quanto aos médicos: Reinoso e Franco eram espanhóis; e dos mestres de Artes, mencionados, Eusébio era italiano e Vicente Fabrício, «germanus», não sendo, portanto, parente de Arnaldo Fabrício que era francês. Aliás, o alemão encontrava-se em Coimbra, há muito, quando chegou o bordelês.

A Vicente Fabrício há referências nas denúncias à Inquisição: era acusado de comer carne às sextas-feiras e de ir para a missa ler o escritor grego Luciano, a quem um denunciante chama, sem grande propriedade, «apóstata». Tê-lo-á confundido com o Imperador Juliano, o Apóstata?

A carne em dias defesos, não a comia sozinho — segundo o mesmo denunciante, o médico Jorge de Sá — mas «com huñ Amrique de Colonia Iyu.^{to} q̄ vyuia em coJmbra». Disse ainda o Lic.^o Jorge de Sá que «ho dito m.^{te} fabricyo he m.^{to} merencorio & q̄ bebe como Alemão & q̄ p̄ A minham começa logo A beber». A denúncia é de 4 de Maio de 1552 (10).

(8) *Essais*, I, cap. 26.

(9) Pequenas biografias de todos eles, acompanhadas de bibliografia, podem ser lidas em *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa — São Paulo, 1963-1980, 20 vols.

(10) Foi publicada pelo Prof. Mário Brandão, em apêndice a *O processo na Inquisição de Mestre João da Costa*. Coimbra, 1944, p. 343.

Sete anos mais tarde, o livreiro Anrique de Colónia, certamente alemão como Fabrício, já tinha falecido, pois num registo do *Livro de Óbitos de Santa Cruz de Coimbra*, entre 1558-70, que me comunicou a Dr.^a Maria Georgina Ferreira, se encontra a seguinte e valiosa informação: «Aos 19 do dito mes e era [Junho de 1559] se finou Maria Ruan, f.^a de João de Ruan e jaz a par da pia do baptizar em a sepultura de anrique de colonia seu primeiro marido (...)».

Portanto, o alemão Henrique de Colónia era casado com uma filha do francês João de Ruão, cujo centenário da morte há pouco celebrámos (11).

De outros estrangeiros em Coimbra, e ligados a actividades culturais, temos conhecimento, por exemplo, de mais um alemão, Sebastião Stochamer que veio para Coimbra como criado-estudante do professor italiano Fábio Arcas de Narni ou Narnia, já atrás mencionado. Era de Ingolstadt, a N. de Munique, de onde acompanhou o seu patrão e mestre. Este tomou posse do lugar de professor de prima de Leis em 29 de Outubro de 1547, mas veio a falecer, aqui em Coimbra, em 10 de Julho de 1554. Sebastião Stochamer tratou de tudo o que dizia respeito aos bens do amo com tal isenção, que nada guardou para si, restituindo todos os haveres a um parente do italiano que veio a Coimbra para o efeito. A Universidade ficou impressionada com tanta honradez e dedicação do jovem bávaro que se encontrava em graves dificuldades económicas. E D. João III promoveu Stochamer a «cavaleiro fidalgo de sua casa» e nomeou-o corrector das provas da Imprensa da Universidade com 30 000 réis anuais, quando o seu antecessor, Cristóvão Nunes, ganhava apenas 12 000, desde que Fernão de Oliveira, o mais antigo dos três, fora preso pela Inquisição.

Foi Stochamer bedel de Cânones e de Leis na Universidade, sendo de notar que o lugar de bedel era então mais importante do que hoje, se é que tal posto ainda existe. Tenho notícia de um Doutor Nicolau Lopes que foi bedel. A respeito da vida e obras de Stochamer, veja-se o artigo que sobre ele escrevi para a *Enciclopédia Verbo*.

Quanto a Fábio Arcas foi sepultado com uma bela inscrição latina que Stochamer compôs em sua honra, na Igreja de São Cristóvão, mais tarde profanada e transformada no actual Cinema Sousa Bastos, depois de ter sido teatro académico no século passado.

(11) Em 1980. João de Ruão faleceu em Coimbra, em 28 de Janeiro de 1580,

Estrangeiro também devia ser um César Picoelli, estudante universitário que, por recomendação do Dr. Ascânio Escoto, um italiano, foi nomeado bedel da Faculdade de Leis em 18 de Janeiro de 1549.

Será de recordar aqui que nenhum dos estrangeiros que conheço ficou sujeito às consequências de um alvará de 16 de Outubro de 1546 que mandava entregar ao lente de prima de Medicina os cadáveres dos doentes estrangeiros que falecessem no Hospital de Coimbra, acentuando «e serão pessoas estrangeiras de que por isso se não siga escândalo algum» (12). *Vae soli!*

Deve acrescentar-se que, pelos Estatutos de 1559, todos os cadáveres do Hospital, e não apenas os dos estrangeiros desconhecidos, ficavam sujeitos a exercícios anatómicos.

Na pequena cidade de Coimbra, a vida universitária tinha uma projecção maior do que hoje. O *Conimbricae Encomium* de Inácio de Moraes, publicado em 1554, assim canta em dísticos elegíacos as cerimónias públicas da Universidade:

«Acrescente-se que também Coimbra distrai o seu povo com alegres festejos que celebra com frequência. Assim, todas as vezes que alguém solicita o prémio dos seus estudos e que lhe cinjam gloriosamente a cabeça com o ramo de louro, canta-se, à maneira antiga, o alegre triunfo e um cortejo se encaminha ordenadamente às doudas Escolas.

Vai à frente o Reitor, acompanhado de áureos feixes, e segue-o multidão espessa de varões. Vai a comitiva dos doutores, com as têmporas coroadas e os trajos tingidos cada um da cor que lhe pertence.

A multidão cheia de espanto corre de todos os lados na ânsia de ver, e reboam os tambores tocados em festivo modo. E a rouca trombeta mistura, com alternado estrépito, o som e juntam as flautas ocas seus finos ritmos.

Então gostam de andar, por um lado e por outro, jovens de rosto mascarado e de soltar graciosas troças.

Como outrora, quando o general romano, dominado o inimigo, celebrava o triunfo e conduzia vencedor os cavalos brancos, e coroados de louros era recebido com grande honra pelo Senado,

(12) Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. III, Coimbra, 1939, p. 71.

e o povo em alta voz dava-lhe o seu aplauso, de igual modo toda a Academia se alegra em festivo clamor, quando alguém recebe o apolíneo louro.

Esplêndidas tapeçarias ornamentam o teatro espaçoso: senta-se a ordem dos senadores e o coro de Palas.

Então deleitar-te-á a abundância eloquente da prosa e uma graça que flui de Cícero. E há-de seduzir-te a tragédia pomposa que caminha em graves versos ou a musa cómica, em seu leve soco (13)».

-
- (13) «Adde, quod et populum laetis Conimbrica ludis
 Exhilarat, crebro quos celebrare solet.
 Nam quoties quisquam studiis sua praemia poscit,
 Et lauri emeritum cingere fronde caput:
 Antiquo canitur laetus de more triumphus,
 Pergit et ad doctas ordine pompa Scholas.
 Incedit rector, comitatus fascibus aureis.
 Atque comes sequitur densa caterua uirum.
 Turba it doctorum, redimitaque tempora sertis,
 Textaque quisque suo tincta colore gerunt.
 Plebs stupefacta ruit studio diffusa uidendi,
 Et reboant festo tympana pulsa sono.
 Miscet et alterno strepitu tuba rauca sonorem,
 Argutos fundunt et caua buxa modos.
 Tum personatis iuuenes discurrere gaudent
 Vultibus, et lepídos ore referre iocos.
 Sic cum Romanus domito dux hoste triumphum,
 Atque olim niueos uictor agebat equos:
 Laurigerum magno excipiebat honore senatus,
 Et populus plausum uoce sonante dabat.
 Tota igitur gaudet clamore Academia festo,
 Donatur lauru dum quis Apollinea.
 Attalica exornant spatiosum aulaea theatrum:
 Ordo sedet patrum, Palladiusque chorus.
 Copia mulcebit tunc te facunda soluti
 Eloquii, atque fluens de Cicerone lepos:
 Teque graui incedens tumefacta tragoedia uersu,
 Aut socco alliciet comica Musa leui.»

O texto é o da edição de 1554, tirado do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, Res. 191 V.

Sobre as edições modernas, ver *Inácio de Morais, Conimbricae Encomium. Revisão e Prefácio de Mário Brandão*. Coimbra, 1938, p. XIV.

Tirei esta tradução dum artigo que publiquei, há anos, na revista *Panorama* (14).

O doutoramento solene é claramente comparado no poema latino de Inácio de Moraes a um triunfo militar romano, quer antigo, quer às imitações modernas como a que dele fizeram em Goa, em 1547, para celebrar o triunfo de D. João de Castro sobre os sitiados de Diu e pode ainda ver-se nas tapeçarias que se encontram no Museu Imperial de Viena.

O cortejo académico segue pelas ruas da cidade, a caminho do palácio onde D. João III instalara o Estudo Geral, em contraste com a pacatez da cerimónia actual, circunscrita ao pátio da Universidade e à Sala dos Capelos.

Os versos finais do trecho que citei parecem aludir a representações teatrais como as que estavam previstas nos estatutos do Colégio das Artes e de certo ocorreram em Coimbra, depois de 1548, se já não existiam antes como uma carta de 1538 deixa entrever. Michel de Montaigne recorda que no Collège de Guyenne o principal André de Gouveia organizava anualmente esses espectáculos como parte da actividade pedagógica da escola e de certo terá continuado a fazer o mesmo em Coimbra, tanto mais que três dos seus companheiros eram dados ao teatro novilatin. Refiro-me ao escocês George Buchanan, o francês Guilherme de Guérente e o português Diogo de Teive. Mas das representações dos bordeleses não ficou qualquer descrição, decerto contribuindo para o esquecimento as suspeitas de heresia que a Inquisição lançou sobre os dois professores estrangeiros e o português.

De Diogo de Teive, que também esteve preso, como Buchanan, perdeu-se a tragédia que foi representada nesses anos, intitulada *Judith*, mas chegou até nós outra que escreveu depois de 1554, a *Tragoedia Ioannes Princeps* (15), sobre a morte do príncipe herdeiro, pai do futuro D. Sebastião.

Mais tarde, quando o Colégio das Artes passou para as mãos dos jesuítas, depois de 1555, a tradição das representações dramáticas continuou. Por Coimbra se demorou mesmo um dos maiores drama-

(14) N.º 15, III Série, Lisboa, Setembro de 1959. Título: «Coimbra do Renascimento: um texto pouco conhecido».

(15) Traduzida por Nair de Nazaré Castro Soares, *Diogo de Teive: Tragédia do Príncipe João*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1977.

turgos da Ordem, Miguel Venegas (16), que viria a ser licenciado, como então se dizia, isto é, expulso da Companhia de Jesus. E sabe-se que em 1570, D. Sebastião assistiu durante horas à representação do *Sedecias* do P.^e Luís da Cruz.

Também o uso das máscaras nos cortejos universitários está documentado em legislação do tempo de D. João III que as proibiu.

Regressemos, porém, às glórias da vida universitária local, segundo o *Conimbricae Encomium* de Inácio de Moraes. O poeta trata seguidamente dos concursos para as vagas de professor, as chamadas «oposições». Aos candidatos dava-se o nome de «opositores». Sirvo-me, de novo, da tradução que publiquei no artigo já referido:

«E não menos exulta [Coimbra], quando alguém, em formosa competição de talento, alcança com a vitória os prémios, e sufrágios em maior número lhe atribuem a cátedra para que, a seguir, muito transmita sabiamente aos alunos.

A multidão dos seus partidários, com um rumor aprovativo, dobra os aplausos e grita de alegria: proclama-o vencedor e aponta-o ao povo, por onde passa, e ergue-o aos ombros e senta-o na cátedra.

Ao invés, o vencido em vão suspira, está desconsolado, tem os olhos fixos em terra. Rodeiam-no os companheiros e ao triste dizem palavras de consolação e exortam-no a que suavize as tristezas com uma esperança melhor» (17).

(16) Cf. *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa— São Paulo, 18 (1976), 861-862.

(17) Cf. n. 13. O texto latino é o seguinte:

«Nec minus exultat, si quis certamine pulchro
 Ingenii, uictor praemia forte tulit:
 Attribuuntque illi suffragia plura cathedram,
 Discipulis magnum tradat ut inde sophos.
 Tunc illi sua turba fauens, rumore secundo
 Ingeminat plausus, laetitiaque fremit:
 Victorem exclamat, populoque ostentat euntem,
 Attoliturque humeris, in cathedraque locat.
 At contra uictus, frustra suspiria ducit,
 Maeret et in terram lumina fixa tenet.
 Circumstant socii et maestro solacia dicunt,
 Vtque leuet curas spe meliore iubent.»

Conimbricæ encomiū

AB IGNATIO MORALI
EDITVM.



CONIMBRICÆ.

Apud Ioannem Barrerium Typographum
Regium.

M. D. LIII,

Podemos dizer que esta é ainda a face luminosa da medalha. O reverso, porém, cobre-se de sombras espessas de cepticismo em face da natureza humana. Na verdade, estas oposições eram a ocasião das maiores arbitrariedades e injustiças, e até de autênticas infâmias.

Os grandes mestres, convidados por D. João III com esplêndidos ordenados, como Martín de Azpilcueta ou Fábio Arcas, viam-se providos nas cátedras sem «oposição». Também não havia «oposição», quando o candidato era único e aceite pelo Conselho. Ao passo que nos lugares ocupados por concurso entre vários ficavam os candidatos sujeitos aos votos dos ouvintes que durante um certo tempo assistiam às suas lições e depois votavam. Nem sempre, venciam os melhores. E havia na juventude, entre os estudantes, uma tendência para votar nos que estavam mais perto de si, pela idade, pela nacionalidade, por várias outras razões que não tinham que ver com a competência.

Em Salamanca, onde o sistema era idêntico, professores distintos como Antonio de Nebrija ou o português Aires Barbosa foram preteridos, nestas votações, por concorrentes muito inferiores.

Contemos brevemente o caso do nosso compatriota, a quem até o facto de ser português deve ter prejudicado. Penso que esta era uma das razões da má vontade que um outro grande humanista, André de Resende, guardou toda a vida a «nuestros hermanos». E se Manuel da Costa e Aires Pinhel tiveram êxito, em 1561, é preciso não esquecer que eram filhos da escola salmantina.

Voltando ao caso típico de Aires Barbosa. Ele foi, como é sabido, o introdutor do Grego na Península Ibérica, ao ensinar na Universidade de Salamanca, a partir de 1495, a língua helénica que aprendera em Itália. O Grego era, porém, uma catedrilha não obrigatória e menos rendosa que a de Gramática Latina. Em Coimbra, nos meados do séc. XVI, as duas primeiras classes de Latinidade eram pagas a 100 000 réis por ano e o Grego a 50 000. Mas voltando a Salamanca. Tendo vagado a cadeira de Gramática, Aires Barbosa apresentou-se a concurso com um outro candidato que de modo algum podia comparar-se-lhe. Era, porém, Pedro de Espinosa, o rival, castelhano e mais jovem. O prestigioso «Mestre Grego», como lhe chamavam, foi batido.

Escrevendo a Aires Barbosa, o humanista italiano Lúcio Marineo, que vivia em Espanha, censurou-o, a propósito dessa oposição de 1503, por se ter apresentado a um concurso que estava abaixo dos seus méri-

tos, sujeitando-se aos votos dos estudantes que, como Barbosa muito bem sabia, se deixavam corromper «não apenas com bolos e petiscos, mas até com reles castanhas» ou, no latim original, «quam facile non dicam crustulis et bellariis, sed uilissimis etiam castaneis seducuntur».

Mas regressemos a Coimbra, aos meados do século XVI, e a um escândalo da vida académica, ocorrido quando o Doutor Álvaro Vaz se colocou no caminho do bacharel Cosme Fernandes que ambicionava o lugar de lente substituto da cadeira de prima de Leis. Porque então se chamava lente a quem quer que regesse uma cadeira, ainda que interina ou temporariamente. Havia mesmo os chamados lentes das vacações que regiam cursos em Agosto e Setembro e eram geralmente bacharéis. Foi assim que o bacharel António Ferreira, o poeta quinhentista, como tive ocasião de mostrar há anos, se tornou, por algum tempo, lente da Universidade de Coimbra (18).

Perante um doutor, que fez o menos categorizado bacharel Cosme Fernandes?

Começou imediatamente a agitar os estudantes, falando com eles e indo a suas casas — actos que só por si o desqualificavam para a oposição, segundo o regulamento então vigente — e apresentou-se a contestar a candidatura do rival, nestes termos que cito, actualizando grafia e pontuação, da primeira acta dos embargos postos por Cosme Fernandes: «E logo disse a ele Senhor Reitor que lhe requeria da parte de Deus e da Santa Sé Apostólica e Santa Inquisição e del-Rei Nosso Senhor que logo mandasse ajuntar e chamar a conselho e o fizesse por quanto ele [Cosme Fernandes] tinha embargos ao dito doutor Álvaro Vaz ser opositor, por quanto o não podia ser por ser incapaz e inábil para isso *ipso jure*; e que nem era doutor por o não poder ser conforme aos santos Cânones, por quanto seu avô fora queimado em Évora por herege e seu pai encarcerado e sambenitado e outros embargos que alegará em Conselho» (19).

Toda esta questão levaria muito tempo a contar, pois vem pormenorizadamente descrita nas longas actas dos Conselhos da Universidade de 5 e 6 de Outubro de 1554 e em outras ainda de conselhos seguintes.

(18) Cf. A. Costa Ramalho, «O poeta quinhentista André Falcão de Resende», *Humanitas* IX-X, Coimbra, 1957-58, p. 103 n. 11. Reimpresso em *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969.

(19) *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, publicadas por Mário Brandão, vol. II, ii parte, Coimbra, 1955, p. 243.

Assim, mais adiante fica-se a saber que o avô de Álvaro Vaz, ainda segundo as acusações de Cosme Fernandes, morreu na prisão, «sem nunca pedir misericórdia, e depois foram queimados seus ossos e estátua...». Portanto, não tinha morrido na fogueira, como a denúncia inicial dava a entender. A serem verdadeiras as acusações, o pai continuava ainda preso em Évora, por ter sido condenado a cárcere perpétuo «polla Santa Inquisição... por seus erros e heregias».

Afinal, Cosme Fernandes procurava inutilizar o rival, negando a validade do seu grau de doutor, pelo facto de o pai e o avô de Álvaro Vaz serem cristãos-novos ou judeus convertidos e, provavelmente, acusados de continuarem a praticar a sua antiga religião.

Para avaliar os costumes do tempo, entre as testemunhas apresentadas por Cosme Fernandes contra o outro opositor, está um Francisco Gomes, esmoler do bispo e cónego da Sé, e um estudante canonista do mesmo nome, filho deste cónego. O resto das testemunhas parece ter sido arrolado no paço do bispo e entre gente de Évora, estes últimos, provavelmente, invejosos do êxito de um patricio.

Há também, contra Álvaro Vaz, dois próceres canonistas, os Doutores Prado e Morgovejo, cujo testemunho não deve ter ferido muito o candidato, pois este continuou, algum tempo depois, a sua carreira universitária.

Mas passou um mau bocado o Doutor Álvaro Vaz, perseguido por um rival de menor qualificação académica, o bacharel Cosme Fernandes que deve ter materializado as más vontades de muitos outros, já que o sentimento dominante da vida portuguesa no século XVI era certamente a inveja, e a acusação de cristão-novo uma das mais frequentes para inutilizar qualquer concorrente incómodo.

O bando de Cosme Fernandes chegou a promover arruaças e insultos «às duas horas depois da meia noite» à porta de Álvaro Vaz que, entre outras coisas, ouviu a promessa caridosa de que o «havam de queimar».

Mas terá sido este caso verdadeiramente excepcional? Pela sua violência, talvez, mas sob formas mais ou menos disfarçadas a corrupção das «oposições» era corrente, como testemunha o grave doutor Martín de Azpilcueta Navarro, cuja cabeça magra e ascética, provida de um impressionante nariz de águia, ainda hoje pode admirar-se, saindo de uma parede, na igreja de Santo António dos Portugueses, em Roma, onde está sepultado. Era uma das figuras mais respeitadas da Univer-

sidade de Coimbra, para onde viera trazido por D. João III, depois da sua jubilação em Salamanca, e escandalosamente bem pago, em relação aos seus colegas.

Dele dissera M.^e João Fernandes, no famoso discurso de 17 de Julho de 1548, de que atrás falei:

«Este é o famoso Navarro de cujo nome, glória, erudição está cheio tudo quanto das letras recebeu lustre. Nem a França, cuja Tolosa de grande prestígio ele ensinou, nem Alcalá onde aprendeu Filosofia e Teologia, nem Salamanca que em muitos anos exornou de miríades de discípulos, nem finalmente Coimbra que tem instruído durante cerca de doze anos, nenhum lugar, nenhum canto em que os homens deixem o seu rasto, calará o teu nome, ó Navarro, glória eminente das letras e da santidade. Não compra o silêncio, quem apresenta livros (*libros*) e filhos (*liberos*). Proclamam filhos, proclamam livros, que o Navarro está na terra para o bem da humanidade, não só como cultor de estudos, mas também como mecenas de estudiosos, de tal modo tudo quanto tem, está ao dispor de todos.

Aliás, para dizer de ti algo de novo, fazer-te o elogio, seja este o teu título de honra mais verdadeiro: Navarro consagrou o direito canónico» (20).

E o panegírico em termos hiperbólicos continua por mais alguns períodos. Deles se depreende que os filhos do Doutor Navarro, os *liberi*, eram os discípulos que ele produziu, notáveis pelo número e pelo valor, tais como os seus livros, os *libri*.

(20) «Hic est Nauarrus ille cuius nomine, cuius gloria, cuius eruditione plenum est, quidquid litteris nobilitatum est. Non Gallia cuius amplissimam Tolosam docuit, non Complutum ubi Philosophiam et Theologiam didicit, non Salmantica quam multis annis multis discipulorum myriadibus exornauit, non denique Conimbrica quam per duodecim circiter annos erudiuit, nullus locus, nullus angulus, quem modo hominum uestigia presserint, tuum nomen silebit, Nauarre, litterarum et sanctitatis decus eximium. Silentium non emit, qui libros et liberos edit. Clamant liberi, clamant libri Nauarrum in terris agere, natum ad hominum utilitatem, non solum studiorum cultorem sed studiosorum maecenatem. Adeo quidquid habet in medio habet. Ceterum, ut insigne aliquid dicam et elogium de te faciam, sit hic titulus tuus uerissimus: Nauarrus ius canonicum consecrauit.»

Ora é exactamente num dos seus *libri*, contido no tomo primeiro das Obras Completas, que o Doutor Navarro, «o mais jurisconsulto dos teólogos do nosso tempo e o maior teólogo de entre os jurisconsultos» (21), se refere a certas formas de pecado, ocorrentes na vida universitária, tal como a conhecia, em Coimbra e Salamanca. Diz o famoso canonista, em seguida a ter enumerado já alguns casos:

«Em maior grau pecam aqueles que desde o início dos seus concursos de religião ou letras, começam a odiar-se, porque no final deles hão-de ser competidores sobre todas as mencionadas precedências de graus, lugares ou funções. Por isso, divulgam mutuamente os defeitos ocultos, tanto de natureza, como de costumes, por vezes aumentando-os. E, pelo contrário, escondem os dons naturais, ou gratuitos, em que os rivais lhes são superiores ou os igualam.

Quase do mesmo modo, pecam os docentes que preleccionam à mesma hora, quando se louvam a si próprios e por intermédio dos seus amigos, mais do que é justo, e pedem aos alunos que venham ouvi-los, abandonando as aulas de competidores melhores do que eles, e não querem falar aos que não vêm às suas aulas, chegando ao ponto de fazer-lhes má cara. Mais ainda, insinuando que hão-de ser contra eles, quando concorrerem a láureas ou graus e precedências; distribuindo elogios, para terem um auditório maior do que merecem e serem tidos e louvados em conta maior do que é justo [...].

Do mesmo modo, causa-me pena que muitos, aprendendo de meninos a arte que separa o lícito do ilícito, o justo do injusto, já desde a mesma idade principiam a buscar injustamente, para si ou para os outros, louvores, honras e funções que a outrem são devidos. Dói-me igualmente que alguns, de modo pouco cristão, em certas regiões ensinem a procurar, desde a infância, louvor, honra e glória, como pagãos, mais do que a virtude» (22).

(21) *Martini Azpilcuetae doctoris Nauarri Theologorum nostrae aetatis iurisconsultissimi & Iurisconsultorum maximi theologi Opera hactenus edita ...Lugduni... MDLXXXIX.*

(22) Tomus I, pág. 9 do livro da nota anterior:

«Peius autem peccant qui a principio suorum concursuum religionis, uel litterarum, incipiunt se odisse, eo quod in illorum fine sint futuri competentes super praefata

E mais adiante, referindo-se expressamente a Salamanca e Coimbra:

«Décimo terceiro corolário, aquilo que em consequência do acabado de mencionar e de outras circunstâncias, com justas razões me pareceu, quando outrora regi, em Salamanca, uma cátedra de prima de Cânones, e mais tarde quanto tive outra semelhante, da mesma categoria, em Coimbra: que se deve substituir o modo de atribuir as cátedras pelos votos dos estudantes, observado desde a fundação das universidades, por outro mais grato a Deus e mais útil à comunidade [...]. Depois, porque, segundo esse costume, quase nenhum estrangeiro, ou educado em universidade estrangeira, por muito erudito que seja, pode obter no primeiro concurso uma cátedra de prima, pelo menos de propriedade. Seguidamente, porque, de acordo com o costume, uma boa parte da vitória consiste em subornar a mocidade de rapazes novos e pobres que facilmente podem ser corrompidos, não só por dinheiro, mas também por pedidos de nobres, de preceptores e de credores, e ainda por afagos de mulheres, quer honestas, quer desonestas. E da intervenção delas abusam também em tais circunstâncias. Donde resulta que candidatos mais cultos e mais úteis à escola, que, para não ofenderem a Deus, se abstêm de subornos ilegais, são muito frequentemente preteridos por ignorantes. Mais ainda, porque é grande ocasião de os prelectores, em casos ocorrentes,

graduum, locorum uel munerum praecedentia. Ideoque alii aliorum tam naturae, quam morum publicant defectus secretos, interdum eos augendo: et contra celant dona eorum naturalia, uel gratuita, quibus illos praecellunt, aut illos aequantur. Eodem fere modo peccant Gymnastae una et eadem hora praelegentes; dum per se, perque suos amicos plusquam par est, laudant, rogantque auditores, ut se audiant desertis competitoribus sibi utilioribus, nolentes alloqui eos, qui se non audiunt; imo iratum uultum eis ostendentes; quin etiam insinuantes eis se futuros aduersarios cum laureas, siue gradus, uel praecedentias competierint; facientes encomia, ut maius quam merentur auditorium habeant, et pluris quam par est habeantur et laudentur. Quae omnia, cum mecum dolenter repeto, cogor agnoscere quod scientia sine consciéntia secundum Apostolum I. ad Corinth. 8 [...] est diabolica [...].

Cogor item dolere, quod multi, qui a pueris incipiunt discere artem, quae licitum ab illicito, aequum ab iniquo separat, iam inde ab eadem aetate incipiunt iniuste appetere sibi aut aliis laudes, honores, muneraque alii, debita. Dolere item quod quidam parum christiane in quibusdam regionibus docent laudem, honorem et gloriam ut Ethnici iam inde ab infantia plusquam uirtutem appetere [...].»

darem respostas prematuras, superficiais e baseadas na afeição mais do que na justiça, a pedido dos estudantes, para agradarem àqueles de cujos sufrágios depende a sua vitória.

E ainda uma outra razão, a saber, que a juventude desde verdes anos começa a deixar-se corromper e a ser levada pela afeição, amizade, prazer, presentes e mentiras, mais do que pela justiça e verdade. Donde nascem grandes escrúpulos da obrigação de restituir.

Depois, porque os estudantes perdem muito tempo, quando, vagas as cátedras, ou doentes os catedráticos, se dedicam ao suborno, subornando activa e passivamente e deixando-se subornar; dando e recebendo banquetes, fazendo e recebendo promessas, e muitas outras coisas deste género. E ainda porque os que concorrem, ou se preparam para concorrer, têm de gastar, antes de obtida a cátedra, o seu e o alheio, quer de parentes, quer de amigos, para emprestar a muitos estudantes que hão-de votar, e para dar a alguns deles e banquetear outros. E os que alcançam as cátedras, obtidas elas, têm de agradecer publicamente com beberetes a todos, jantares opíparos a muitos e presentes a alguns, de tal modo avultados, que difficilmente se libertam das dívidas, em toda a sua vida.

Quanto aos que perdem as cátedras, ficam carregados de dívidas e forçados à ruína ou a cavar terra [...]; e, aumentando as dívidas, a esperar outras cátedras que hão-de vagar. Se as perderem, ficam inteiramente perdidos, se as obtêm, mais endividados ficam» (23).

(23) «Decimumtertium corollarium, quod per proxime dicta et alia merito uisum fuit mihi olim cathedram Canonum primae functionis Salmanticae regenti, et postea alteram similem eisdem privilegiis ornatam Conimbricae habenti, mutari debere modum conferendi cathedras suffragiis scholasticorum, iam inde ab academiarum institutione obseruatum, in alium quendam Deo gratiorem et Reipublicae utiliorem [...]. Tum quod per illum modum uix nullus exterus, uel in externa educatus academia, quam libet eruditus ullam cathedram primae functionis, saltem proprietatis, in primo concursu obtinere potest. Tum quod secundum eum, bona pars uictoriae consistit in subornanda iuuentute puerorum, et adulescentum, et pauperum; qui facile corrumpi possunt, non solum pretio, sed etiam prece nobilium, paedagogorum et creditorum; sed et blandimentis mulierum, tum pudicarum, tum impudicarum, et praedictarum etiam opera in hoc multi abutuntur. Quod fit, ut eruditiores, et scholis utiliores, qui ne Deum offendant a male subornando abstinent, frequentissime ignaris postponantur. Tum quod est magna occasio, ut Gymnastae in casibus

Adiante, o Doutor Navarro conta como a ocorrência destas irregularidades e a violação constante dos estatutos universitários com a subsequente aplicação de sanções, traziam à vida académica prejuízos irreparáveis, entre eles, a fuga de rapazes bem dotados para outras Escolas, «embora saibam que, graças ao admirável clima da região, se pode aproveitar mais em Coimbra, em doze meses, do que em catorze noutra universidade, onde frio e calor intensos, por muitos modos, constituem obstáculo» (24).

Eis o que o levou — confessa o canonista — a pedir ao rei D. João III, «o mais piedoso de quantos então reinavam», ou, traduzindo literalmente o seu pitoresco latim, «a nenhum então reinante, em piedade segundo» (25), que tomasse à sua conta as nomeações para as cátedras, não transferindo esse encargo para os professores, que podiam vender os seus lugares, como acontecera em Tolosa, nem para os alunos, segundo o estatuto vigente, pelos malefícios largamente acabados de expor.

E as mesmas providências que, anos antes, pedira ao «famoso

occurrentibus dent responsa praecocia, parum libata, et affectu potius quam iustitia nitentia, rogatu scholasticorum, ut placeant eis, de quorum suffragiis pendet eorum uictoria. Tum quod etiam est in causa, ut iuuentus a iuuentute sua incipiat corrumpi, et magis affectu, amicitia, uoluptate, muneribus et mendaciis plusquam iustitia et ueritate duci. Qua ex re magni obligationis restituendi scrupuli nascuntur. Tum quod multi scholastici multum temporis perdunt, dum, uacantibus cathedris, uel aegrotantibus cathedrariis, intendunt subornationibus actiue et passiuue subornando, et patiundo se subornari; conuiuia dando et accipiundo, promittendo et accipiundo promissa et alia id genus multa faciendo. Tum quod oportet eos, qui competunt, uel se ad competendum parant, impendere ante quaesitam cathedram, non solum propria sed etiam aliena, cum cognatorum tum amicorum, ad mutuandum multis scholasticis suffragaturis, et eorum aliquibus donandum, et ad quosdam conuiuandum: et eos qui eas quaerunt oportet insuper post eas quaesitas in referendis gratiis publicis tribuere symposia omnibus, conuiuia opipara multis et aliquibus donaria; adeo quidem largis, ut uix se omnino per totam uitam aere alieno leuent.

Qui uero eas perdunt remanent debitis onusti, et coacti decoquere; uel uertere solum [...] et augendo aes alienum expectare alias cathedras uacaturas, quas qui perdidierint omnino perduntur, et qui quaerunt longe maiori aeri alieno submittuntur» (p. 10-11).

(24) «[...] quamuis nouerint, ob mirabilem huius regionis temperiem, posse quem 12 mensibus Conimbricae plus proficere, quam in alia, ubi frigus et calor intensa multis modis impediunt, quatuordecim» (p. 10).

(25) «Nulli tunc regnanti pietate secundum» (p. 11).

rei da Lusitânia» (26) para a sua «fecunda e insigne Universidade Conimbricense» (27), ousou mais tarde solicitar humildemente da Majestade de Filipe II para a «excelsa Academia Salmanticense» e outras que existiam no seu reino.

Neste ambiente de rivalidade, intriga e desconfiança, exacerbadas ainda pela querela religiosa que incendiava a Europa, e cujos ecos chegavam a Coimbra, é que se verifica a prisão dos três lentes do Colégio das Artes, no Verão de 1550. Os processos na Inquisição de Diogo de Teive, João da Costa e Buchanan informam com maior realismo sobre o movimento de ideias e a vida social da Universidade e da cidade de Coimbra do que quaisquer outras fontes.

Os dois primeiros foram publicados pelo Prof. Mário Brandão (28) que também estudou pormenorizadamente o caso dos mestres conimbricenses nos dois grandes volumes de *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes* (29). Para lá remeto os interessados.

Em 1548, quando abriu alegremente a nova escola, fazia um ano que o Imperador Carlos V, primo-direito e duas vezes cunhado de D. João III, alcançara sobre os protestantes alemães a vitória de Mühlberg, recordada no famoso quadro de Tiziano. Mas logo a seguir a conjuntura político-religiosa escapara-lhe das mãos.

Em 1550, em Setembro, o P.^e Simão Rodrigues é chamado à Inquisição de Lisboa para repetir a acusação que cinco anos antes fizera a Damião de Góis, em Évora, quando Góis acabava de regressar do estrangeiro. No mês anterior, em Agosto de 1550, durante as férias-grandes, foram presos em Coimbra os três professores do Colégio das Artes por acusações que envolviam largamente o seu convívio anterior com os meios reformistas estrangeiros.

As conversas entre os universitários, com a recorrência dos temas evangélicos, litúrgicos, teológicos — a grande preocupação da época — podem ver-se num diálogo de André de Resende, publicado em Paris, muitos anos mais tarde, por Frei Estêvão de Sampaio (30). Aí os três

(26) «Regem illum Lusitaniae» (p. 11).

(27) «Almae insignisque academiae Conimbricensis» (p. 11).

(28) *O Processo na Inquisição de M.^{tre} Diogo de Teive*. Coimbra, 1943; *O Processo na Inquisição de Mestre João da Costa*, vol. I. Coimbra, 1944.

(29) Vol. I, Coimbra, 1948; vol. II, i, Coimbra, 1969.

(30) Ver A. Costa Ramalho, «*A Conversão maravilhosa do Português D. Gil* — um diálogo latino quase ignorado — da autoria de André de Resende», *Revista da Universidade de Coimbra*, XXVII (1979), pp. 239-262.

interlocutores, Resende, Inácio de Morais e Luís Pires são todos portugueses, mas daqueles que tinham respirado o ar da Europa sua contemporânea. Também em Coimbra, a discussão animada sobre temas candentes como os da *Conuersio Miranda* de Resende conduzia a comentários «inconvenientes» que acabavam por chegar aos ouvidos da Inquisição, como pode ver-se pela leitura das denúncias e processos inquisitoriais.

André de Gouveia faleceu em 9 Junho de 1548, adiando a sua confissão até à Eternidade. Desaparecido o organizador do grupo de professores vindos de Bordéus, os docentes estrangeiros do Colégio das Artes foram saindo aos poucos. Mas o convívio em Coimbra, a intensa vida intelectual da cidade nos meados do século, deixou marcas em quase todos! Elias Vinet divulgará em França os trabalhos astronómicos de Pedro Nunes, doutor em Medicina, mas catedrático de Matemática da Faculdade de Artes da Universidade. Nicolau Grouchy traduziu para francês a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, da autoria de Fernão Lopes de Castanheda que era bedel da Faculdade de Artes.

O mais sarcástico de todos sobre a vida portuguesa, o escocês George Buchanan, tem versos elogiosos para o colega Diogo de Teive e para Martín de Azpilcueta, em livros destes dois professores, publicados em Coimbra, em 1548 (31). A propósito de Teive e do seu livro sobre os feitos dos portugueses no segundo cerco de Diu, o humanista felicita D. João III e exalta a expansão do seu domínio pelo mundo conhecido, em termos que viriam a encontrar eco em *Lusíadas* I, 8, como já foi observado por José Maria Rodrigues, *Fontes dos Lusíadas*, Lisboa, 21979, p. 337.

Mas Buchanan, uma vez fora das fronteiras portuguesas, cobre de sarcasmos o «rei da Pimenta e de muitos nomes» e o pobre país, cujos campos apenas são férteis em penúria e fome.

De Coimbra celebra as artimanhas de várias heteras, embora no

(31) *Cōmentarius De Rebus in India apud Diu gestis anno Salutis Nostrae MDXLVI, Iacobo Teuio Lusitano Autore. Conimbricae, MDXLVIII; Relectio c. Nouit. non minus sublimis quam celebris de Iudicijs, pronūciata coram frequentissimo, eruditissimo, ac maxime illustri auditorio in inçlyta Lusitaniae Conimbrica, per Martinū ab Azpilcueta Iureconsultū Nauarrum (...) MDXLVIII.*

CŌMENTARIVS

DE REBVS IN INDIA

APVD DIVM GESTIS

ANNO SALVTIS NOSTRAE

M. D. XLVI.

Iacobo Teuio Lusitano Autore.



A-9

CONIMBRICAE.

M. D. XLVIII.

começo dos iambos contra certa Leonor se encontre uma sugestiva vinheta da cidade sem estudantes:

«As férias das Vindimas fecham as escolas,
Os jovens aos pátrios Penates
Regressam. Pela cidade, a solidão. Nas casas
Um triste silêncio. Saídas tuas
Raro capuz as espia: soa
Com ranger raro a tua porta» (32).

O erotismo de Buchanan que, aliás, pode estar a desenvolver temas consagrados de Catulo, Horácio e Marcial, tanto pelo menos como a referir-se a possíveis personagens reais, a menção das mulheres do povo conimbricense, satirizadas nos versos do escocês traz-nos à lembrança a *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos (33). Aí, ao invés, a simpatia da população de Coimbra pelos estudantes não parece ser grande.

E quando se toma conhecimento da série de medidas decretadas por D. João III para que os membros da Universidade tivessem os melhores alojamentos, as melhores carnes e as melhores frutas aos melhores preços, um mercado especialmente para si, a famosa feira dos estudantes na Almedina da cidade, cujo local ainda conheci, e tantas outras regalias, não é difícil imaginar que os sentimentos da cidade pela Universidade nem sempre fossem os melhores.

(32) *Vindemiales feriae claudunt Scholas,
Iuvenes penates patrios
Repetunt: per urbem solitudo: in aedibus
Moestum silentium: fores
Rarus cucullus obsidet tuas: sonat
Stridore raro ianua.*

(33) Publicada em Coimbra, em 1555. Só um passo, com a grafia actualizada:

«EUFROSINA — Como aquela dos pantufos vem apontada, parece mulher solteira.

SÍLVIA — É a do nosso sapateiro, e dizem-lhe com um estudante seu vizinho, pode ser que será mentira, que mal pecado não vieram eles fazer outra coisa à terra senão defamarem muitas».

(Acto IV, cena V)

Assim, um dos professores já citados, Juan Fernández sentiu a má vontade dos conimbricenses, pouco tempo depois da sua oração, como se refere numa acta do Conselho da Universidade de 11 de Agosto de 1548, redigida num tom aparentemente ingénuo, mas talvez com bastante malícia, pelo escrivão do Conselho, Diogo de Azevedo Coutinho. Vou transcrever alguns períodos, modernizando a grafia e a pontuação, do volume II, parte I, das *Actas dos Conselhos da Universidade*, publicadas pelo Prof. Mário Brandão.

Depois de enumerar aqueles que, a começar pelo Reitor, D. André de Noronha, «juntos a Conselho e conselho fazendo segundo costume», se encontravam presentes, continua:

«Logo em presença de todos se alevantou o mestre João Fernandes e com voz triste e palavras sentidas representou certa injúria e grande afronta que lhe fora feita por um homem desta cidade, escrivão ante o vigairo, dizendo-lhe palavras mui injuriosas e feias e de tanta afronta e inómnia que, se não esperara que por meio daquele Conselho, ele fosse satisfeito e sua honra restituída, que ele a sentira mais e procurara outra satisfação».

Mestre João Fernandes, mais adiante, refere-se a «um triste ânimo e danada vontade que todos os da cidade tinham aos doctores, lentes, estudantes e pessoas da Universidade» e menciona que nem el-rei foi omitido quando o insultuoso escrivão disse «que lhe (ao Rei) perdoasse Deus que tais homens trouxera à terra».

Ao cabo de muitas hesitações, o mestre da Retórica e professor da cadeira de Plínio (34), sempre mencionou algumas palavras «das que aquele escrivão lhe dissera, as menos feias, tendo os olhos no chão em sinal do sentimento que tinha e a vergonha que padecia, dizendo que a ele e a sua mulher chamara castelhanos bêbados, judeus avenedidos e outras. E pondo silêncio todos os Senhores do Conselho que atentamente o escuitaram e intrinsecamente sentiram a injúria feita ao dito mestre por ser de todos mui amado e estimado, pondo os olhos uns nos outros os voltaram ao Senhor Reitor para ver o que determinava. O qual, estando já prevenido, com sua muita prudência, tinha mandado chamar o conservador para em sua presença se dar um assento àquele

(34) A acta referente a Mestre Juan Fernández vem a pp. 75-78 do livro citado. Sobre o humanista, ver o livro de Jorge Alves Osório, citado na nota (1); e A. Costa Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI*, Paris, Fundação Gulbenkian, 1980.

negócio com que a universidade não perdesse de sua autoridade antes se procurasse sua majestade e acatamento e reverência, e o dito mestre fosse satisfeito da injúria contra ele cometida. E dizendo o dito Senhor Reitor algũas amorosas palavras de sentimento ao dito mestre, sentindo como própria a injúria contra ele feita, propôs a todo o conselho cousas altas acerca da governação e conservação desta universidade e trouxe à memória quão mal recebida fora de todos cidadãos e pessoas desta cidade, e o grande ódio que lhe tinham, e quanto todos desejavam vê-la destruída, e que além de outras muitas provas que cada dia se viam era evidente testemunho a presente porque, sendo ãa pessoa particular este escrivão, publicava pela boca o que dentro de seu danado ânimo e dos outros está arraigado e que sem o poder dissimular, dando-se-lhe piquena ocasião, arrebetavam dizendo palavras tão feias e tão inconvenientes como aquele homem dissera (...).

O Conservador dá também a sua opinião. Segundo ele, é preferível não proceder judicialmente, porque com as delongas processuais haverá um repetir do desagradável acontecimento, «o que tudo seria dobrar a injúria e acrescentar no tormento do dito mestre o qual, por ser de tal qualidade e tão sentido da honra, vendo-se de novo injuriar e pender e estar sua satisfação tanto em esperança, não seria muito de puro nojo morrer». E o Conservador propõe que se escreva ao Rei a pedir que este ordene que se tire devassa do acontecido, devassa que ele Conservador fará, e, achando-se o escrivão em culpa, seja este preso e a devassa mandada ao Rei, para que D. João III sobre ela decida com os seus desembargadores.

Entretanto, outros opinam sobre o sucesso e há quem lembre que «era aquela a segunda injúria que se fizera a lente da Universidade e contaram do mestre de Música, Mateus de Aranda, que por semelhante caso morrera de pura paixão».

Não sei exactamente o que se passou com Aranda que em 1544 ganhava em Coimbra 60 000 reis por ano, perpétuos. Há referências ao insulto de que foi vítima, em várias Actas do Conselho. Mas tanto ele como Juan Fernández eram espanhóis e o sentimento anti-castelhana era então vivo.

Como quer que seja, se a Universidade estava em Coimbra, ela não se encontrava aqui contra os votos da cidade. Pelo contrário, existe ainda hoje a resposta de D. João III à Câmara de Coimbra, datada de 9 de Junho de 1533, por onde se vê que a municipalidade solicitara ao rei que os Estudos Gerais «nom avendo destar em lix.^a

& fazendose deles algũa mudança fose para esa cidade domde prim.º estiveram» (35).

Por outro lado, o regresso da Universidade a Coimbra, se trazia alguns inconvenientes ao cidadão comum, traduziu-se em tal progresso para o burgo do Mondego que em algumas décadas progrediu ele mais do que nos séculos decorridos desde a sua longínqua fundação. Grandes edifícios surgiram por toda a parte e não apenas ao longo da então fundada rua de Santa Sofia, construída com tanta largueza que ainda hoje é das mais amplas da cidade; pequenas casas eram demolidas para dar lugar a imponentes construções, na encosta de Montarroio e na Almedina da cidade. Por toda a parte, na área das escolas, onde havia espaço livre se projectavam construções. O rei chegou a oferecer terreno gratuito, pertencente à cidade, a quem construísse casas para habitação nos próximos dois anos, por alvará de 23 de Dezembro de 1538 (36).

Datas como 1547 e 1548, ainda hoje podem ver-se, pela cidade, por exemplo no belo pórtico do Colégio de Santo Tomás que outrora se encontrava num edifício situado onde hoje fica o Palácio da Justiça. O pórtico colegial foi transferido para a parede exterior do Museu Machado de Castro que dá para a igreja de São Salvador. Aí pode ler-se num pequeno rectângulo da decoração renascentista, o ano de 1547. Na frontaria do Colégio da Graça, na rua da Sofia, onde hoje se encontram instalados serviços militares, lê-se, numa inscrição emoldurada, 1548. E a mesma data se encontra na peanha do busto do santo protector do Colégio de S. Pedro, obra de arte que se pode admirar na Sala de S. Pedro, instalada na Biblioteca Geral.

A Universidade estava então muito mais ligada à vida da cidade do que actualmente. Além das procissões que se faziam, pelas ruas, com regularidade em dias certos, como a da véspera de Natal, a que iam todos os membros da Academia, e os professores com as suas

(35) *Documentos de D. João III publicados por Mário Brandão*, vol. I, Coimbra, 1937, p. 1. Ao contrário do que fez Torres Vedras que expressamente solicitou ao rei que a livrasse da presença da Universidade que ali estivera por algum tempo, durante a peste de 1531. A carta dos «vereadores procurador e omeens bons» da vila de Torres Vedras, datada de 25 de Dezembro de 1531, já foi várias vezes publicada, sendo a última pelo Prof. Artur Moreira de Sá no *Auctarium Chartularii Vniuersitatis Portucalensis*, vol. III (1529-1537), Lisboa, 1979, pp. xi-xii.

(36) *Documentos de D. João III*, citados na nota anterior, p. 128.

insígnias, sob pena de multa se faltassem, havia uma intervenção ruidosa e constante das escolas no quotidiano da cidade. Ao cair da tarde, na véspera de certas provas académicas como repetições, exames privados, licenciaturas e doutoramentos, as trombetas eram tocadas pelas ruas de Coimbra e à porta dos candidatos e dos examinadores, para que estes não alegassem esquecimento e toda a gente soubesse da cerimónia que ia realizar-se.

Assim, por exemplo, no exame privado de Teologia para a obtenção do grau de licenciado que pelos Estatutos de 1559 se realizava de manhã, o percurso entre a capela da Universidade, onde o candidato e o padrinho ouviam a missa do Espírito Santo, e a sala onde o exame era feito, exigia um cortejo que vem minuciosamente regulamentado nos Estatutos.

Depois de descrever a composição do préstito, os Estatutos de 1559 assim prescrevem: «E, diante de todos, as trombetas irão tangendo até entrarem na casa do exame, donde já ao tal tempo estará o Cancelario, que é juiz no dito auto, e lhe pertence ver a dita casa e olhar a que não fique pessoa alguma de fora, como mais largamente se contém no seu regimento.

Item, para que este auto seja a todos notorio, a noite antes do exame, o examinado (diríamos hoje, examinando) fará ir as trombetas a tanger às portas do Reitor, Cancelario e doutores da Faculdade; e o guarda correrá esta noite o sino das Escolas, huma hora, logo a primeira noite, e haverá por seu trabalho hum cruzado à custa do dito examinado».

Anos antes, quando o exame privado era à noite, e o cortejo saía de casa do candidato, podem ler-se estas instruções com que D. João III responde a dúvidas postas pela Universidade, numa carta escrita de Lisboa, a 20 de Setembro de 1538: «Item dizês no xij capítulo que por os graus da ciência serem de muita autoridade se devem fazer com cirimónia e pompa: haja por bem que quando o lic.^o for para o exame privado vão todos os doitores com borlas, e saia com trombetas, e vão a casa do cancelário onde por sua autoridade deve esperar a universidade com o licenciado e que dali se vão à Sé onde lerá o licenciado duas horas e não menos, etc.» (37).

(37) *Ibidem*, p. 120. Modernizei a grafia.

Por outro lado, estas cerimónias académicas eram frequentes, pois não se realizavam em grupo. Os Estatutos de 1559, que certamente consagram uma prática existente, dispunham: «e não se poderá no mesmo dia fazer mais de um licenciado e doutor na mesma Faculdade, e, se forem diversas, se poderão fazer até dous; porém poder-se-ão fazer um licenciado e um doutor na mesma Faculdade ou um licenciado e mestre em Artes» (38).

Vida universitária intensa, cerimonial participado, graças à sua projecção pública, sucedem-se os epigramas laudatórios sobre a escola conimbricense. António de Cabedo, que se bacharelou em Cânones em 1554, ao comparar a Setúbal natal com a Sírmio de Catulo XXXI, atribui a Coimbra os malefícios de Tínia e Bitínia onde o poeta romano estivera ausente da casa paterna. Mas outro epigrama cobre de louvores a Coimbra universitária, para terminar: «Depois de tudo ver com admiração, eu disse: das Musas e Apolo / Não havia, em todo o orbe, lugar mais digno». (*Omnia miratus Musis et Apoline, dixi, / Non erat in toto dignior orbe locus*).

Lá longe, possivelmente em Ferrara, pouco depois de 1548, Didacus Pyrrhus Lusitanus, o português Diogo Pires, um dos maiores poetas novilatinos do século XVI, celebrou Coimbra, em dísticos elegíacos:

«De Gymnasio Conimbricensi a Ioanne Rege extracto»

«Sobre o Ginásio Conimbricense, construído pelo rei D. João :

Vês como a famosa Coimbra, antiga sede de reis, ergue a sua cabeça acima de todas as restantes cidades? Há muito dependurou nos templos as armas em que confiava e habita agora os bosques das Aónides e os altos dos montes.

Aqui estão os lugares famosos da Academia, os do Liceu. Aqui a ínclita escola com os seus altos pórticos. E nela uma juventude, também desejosa de glória, em cuja douta fronte reverdece o louro.

Apresente-se Aristóteles, admire ele a douta Atenas, e dirá: este lugar é mais piedoso.

(38) *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559), com Introdução e Notas Históricas e Críticas de Serafim Leite*. Coimbra, 1963, p. 270.

Apresente-se a Sibila de Cumas, intérprete dos deuses. Profetiza, plena de inspiração divina, anunciará o futuro:

— Enquanto o Mondego correr para as águas do mar vizinho, estará de pé a obra ilustre do rei João!» (39).

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

(39) De Gymnasio Conimbricensi a Ioanne
Rege exstructo

Cernis ut illa uetus regum Conimbrica sedes
Ante alias urbes exserat una caput?
Nam cum fida diu templis suspenderit arma,
Aonidum lucos et iuga summa colit.
Hic Academiae, hic sunt loca nota Lycaeï,
Hic schola constructis inclyta porticibus.
Instat et ipsa sibi laudis studiosa iuuentus:
Interea docta laurea fronde uiret.
Adsit Aristoteles, doctas miretur Athenas,
Et locus hic dicat plus pietatis habet.
Adsit et interpres Diumm Cumaea Sibylla,
Plena Deo uates ore futura canat.
Donec Monda maris uicini excurrat in undas,
Stabit Ioannis nobile Regis opus.

Flauii Iacobi Eborensis Cato Minor siue Disticha Moralia ad Ludimagistros Olyssipponenses. Accessere Epigrammata et alia nonnulla eodem auctore, quae sequens pagella indicabit. (...) Venetiis, MDXCVI. Apud Felicem Valgrisiu, p. 131.

Sobre Diogo Pires (Évora, 5.4.1517 — Herceg-Novi, 1607), conhecido internacionalmente pelos nomes humanísticos de Didacus Pyrrhus Lusitanus ou Jacobus Flavius Eborensis, ver o artigo que lhe dediquei em *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 15, 183-184, e a bibliografia aí citada. E ainda A. Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969; Id., *Estudos sobre o Século XVI*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980; Id., «Notas de Investigação: XIII — Diogo Pires e o Algarve; XIV — Diogo Pires sobre a morte de D. João II», *Humanitas XXXI-XXXII*, Coimbra, 1979-80; Id., «Lúcio, poeta-fantasma, e Luís de Camões», *Biblos LVII*, Coimbra, 1981.